

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO NOVENTA E DOIS

Aos vinte dias do mês de julho de 2021, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da Ata n.º 91

2. Petições

Admissibilidade

Petição 264|XIV|2 - Petição contra a instalação de ETAR e poluição proveniente da destilaria em Levira - 1° Peticionante: Laurinda Tavares da Silva (160 subscritores) - Relator cabe ao GP PS

Petição 265|XIV|2 - Revogação do novo regime jurídico de proteção radiológica (DL 108/2018) - 1° Peticionante: Associação Independente de Médicos Dentistas – AIMD (3043 subscritores) - Relator cabe ao GP PS

3. Iniciativas Legislativas

Distribuição

PJL 913/XIV (PSD) - Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese llegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro)

Parecer

PJL 872/XIV/2 (BE) - Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese llegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro) - Relatora Deputada Filipa Roseta (PSD)

PJL 880/XIV/2 (PCP) - Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese llegal (6.º Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro) - Relator **Deputado Fernando** Paulo Ferreira (PS)

Nova Apreciação - Aprovação do texto de substituição dos

PJL 723/XIV/2 (PAN) - Criação do regime jurídico de proteção do arvoredo urbano
PJL 733/XIV/2 (PSD) - Define os critérios de gestão do arvoredo urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais.

PJL 734/XIV/2 (NINSC JKM) - Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredo urbano PJL 741/XIV/2 (BE) - Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredo urbano



PJL 748/XIV/2 (PEV) - Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano

3. Projetos de Resolução

Discussão

- 1) PJR 1197/XIV (BE) Pela inclusão de medidas para a melhoria do estado de conservação da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas PJR 1334/XIV/2 (PSD) Rever o modelo de cogestão de Áreas Protegidas e introduzir critérios de conservação e redução de riscos PJR 1347/XIV/2 (NInsc JKM) Pela restauração dos ecossistemas e por um modelo de cogestão das áreas protegidas que cumpra com o objetivo de conservação da natureza e da biodiversidade
- 2) PJR 1201/XIV (PAN) Recomenda ao Governo português que proceda à realização de estudos epidemiológicos e ambientais para averiguar o impacto da produção da Alves Ribeiro de Loures
 PJR 1335/XIV/2 (BE) Pela deslocalização da unidade industrial de massas betuminosas situada junto ao bairro de São Francisco, em Camarate, Loures
- 3) PJR 1299/XIV/2 (BE)- Pela preservação do património natural, histórico e cultural do bairro da Petrogal em Loures
 PJR 1369/XIV/2 (PAN) Recomenda ao Governo português que preserve o património natural do Bairro da Petrogal
- 4) PJR 1300/XIV/2 (PS)- Recomenda ao Governo medidas para promover a inclusão e a salvaguarda da qualidade de vida na área do Perímetro de Rega do Mira e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
 PJR 1379/XIV (PSD) Uma nova geração de instrumentos de planeamento para assegurar a sustentabilidade do Litoral Alentejano
 PJR 1424/XIV (BE) Pela gestão responsável dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara e da área de influência do Perímetro de Rega do Mira
- 5) PJR 1320/XIV/2 (PSD) Recomenda ao Governo medidas para reforçar a mobilidade elétrica
 PJR 1340/XIV/2 (NinscJKM) Pelo reforço dos incentivos à aquisição de velocípedes com ou sem assistência elétrica para deslocações urbanas e suburbanas
 PJR 1402/XIV/2 (PS) Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à mobilidade ativa ciclável no âmbito do Fundo Ambiental
- 6) PJR/1321/XIV/2 (BE) Pela criação da grande Ecovia do Tejo, desde o Estado Espanhol até Lisboa
- 7) PJR 1408/XIV/2 (PEV) Apanha de bivalves no Estuário do Tejo
- 8) PJR 1352/XIV/2 (PAN) Promoção de um plano de proteção e despoluição do Rio Paiva PJR 1377/XIV (CDS-PP) - Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes PJR 1387/XIV/2 (PEV) - Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Paiva e seus afluentes



PJR 1395/XIV/2 (BE) - Pela aplicação urgente de medidas para a despoluição e preservação do Rio Paiva

- 9) PJR 1362/XIV/2 (PSD) Salvaguardar e recuperar o património da Tapada das Necessidades
- 10) PJR 1359/XIV/2 (BE) Recomenda ao Governo a adoção de medidas que acompanhem a legislação espanhola que devolverá aos consumidores os ganhos injustificados que são obtidos no mercado ibérico de eletricidade em resultado do aumento do custo das emissões de co2.
- 11) PJR 1372/XIV/2 (BE) Pela criação do parque natural da região de Aveiro
- **12)** PJR 1381/XIV (PCP) Recomenda ao Governo a intervenção no sentido da redução da tarifa regulada da eletricidade

Redação Final

PJR 1337/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo a reavaliação da concessão de uma pequena Central Hidroelétrica (PCH) em Vale das Botas

4. Outros Assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Luís Graça (PS); Alexandre Quintanilha (PS); André Pinotes Batista (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Hugo Martins Carvalho (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Pedro Morais Soares (CDS/PP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc).

- Suplentes:

Fernando Paulo Ferreira (PS); Miguel Matos (PS); Jorge Costa (BE); Nelson Silva (PAN); José Luís Ferreira (PEV);

- Faltas:

Inês de Sousa Real (PAN);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210720_VC.mp3 pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos, saudando todos os participantes em sala e online. Submeteu a apreciação e votação a **Ata** n.º **91**, que foi aprovadas por unanimidade.

Foram admitidas e distribuídas ao Grupo Parlamentar do PS a <u>Petição 264|XIV|2</u> - *Petição contra a instalação de ETAR e poluição proveniente da destilaria em Levira*); e a <u>Petição 265|XIV|2</u> -



Revogação do novo regime jurídico de proteção radiológica (DL 108/2018). Foram indicados com relatores as **Senhoras Deputada Joana Sá Pereira** (PS) e **Deputada Joana Lima** (PS).

O <u>PJL 913/XIV (PSD)</u> - Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro) foi distribuído, para elaboração de parecer, ao Grupo Parlamentar do PS, que indicou como relator o Senhor **Deputado Fernando Paulo Ferreira** (PS).

A Senhora **Deputada Filipa Roseta** (PSD) apresentou o parecer elaborado sobre o <u>PJL 872/XIV/2</u> (<u>BE</u>) - *Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (6.ª alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro).* Intervieram os Senhores **Deputado Pedro Morais Soares** (CDS-PP) e **Deputado Nelson Peralta** (BE). Submetido a votação, foi **aprovado por unanimidade.**

O Senhor **Deputado Fernando Paulo Ferreira** (PS) apresentou o parecer elaborado sobre o <u>PJL 880/XIV/2 (PCP)</u> - *Prorroga o prazo do processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese llegal (6.º Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro).* Intervieram os Senhores D**eputado Hugo Patricio Oliveira** (PSD), **Deputado Nuno Fazenda** (PS) e **Deputada Alma Rivera** (PCP). Submetido a votação, foi **aprovado por unanimidade.**

Seguiu-se a **Nova Apreciação** (especialidade) <u>PJL 723/XIV/2 (PAN)</u> - *Criação do regime jurídico* de proteção do arvoredo urbano; <u>PJL 733/XIV/2 (PSD)</u> - *Define os critérios de gestão do arvoredo* urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais; <u>PJL 734/XIV/2 (NINSC JKM)</u> - *Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredo urbano*; <u>PJL 741/XIV/2 (BE)</u> - *Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredo urbano*; e <u>PJL 748/XIV/2 (PEV)</u> - *Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano*.

Teve lugar a discussão conjunta dos PJR 1197/XIV (BE) - Pela inclusão de medidas para a melhoria do estado de conservação da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas; PJR 1334/XIV/2 (PSD) - Rever o modelo de cogestão de Áreas Protegidas e introduzir critérios de conservação e redução de riscos; e PJR 1347/XIV/2 (NInsc JKM) - Pela restauração dos ecossistemas e por um modelo de cogestão das áreas protegidas que cumpra com o objetivo de conservação da natureza e da biodiversidade, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

A discussão dos PJR 1201/XIV (PAN) - Recomenda ao Governo português que proceda à realização de estudos epidemiológicos e ambientais para averiguar o impacto da produção da Alves Ribeiro de Loures e PJR 1335/XIV/2 (BE) - Pela deslocalização da unidade industrial de massas betuminosas situada junto ao bairro de São Francisco, em Camarate, Loures foi adiada, a pedido do GP PSD (2.º adiamento, sendo o 1.º em 07.07.2021, a pedido do GP do PS).

A discussão dos PJR 1299/XIV/2 (BE)- Pela preservação do património natural, histórico e cultural do bairro da Petrogal em Loures e do PJR 1369/XIV/2 (PAN) - Recomenda ao Governo português que preserve o património natural do Bairro da Petrogal a pedido do GP PSD (2.º adiamento, sendo o 1.º em 07.07.2021, a pedido do GP do PS).



Teve lugar a discussão conjunta dos PJR 1300/XIV/2 (PS)- Recomenda ao Governo medidas para promover a inclusão e a salvaguarda da qualidade de vida na área do Perímetro de Rega do Mira e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; PJR 1379/XIV (PSD) - Uma nova geração de instrumentos de planeamento para assegurar a sustentabilidade do Litoral Alentejano; e PJR 1424/XIV (BE) - Pela gestão responsável dos recursos hídricos da albufeira de Santa Clara e da área de influência do Perímetro de Rega do Mira conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

Teve lugar a discussão conjunta dos PJR 1320/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo medidas para reforçar a mobilidade elétrica; PJR 1340/XIV/2 (NinscJKM) - Pelo reforço dos incentivos à aquisição de velocípedes com ou sem assistência elétrica para deslocações urbanas e suburbanas; PJR 1402/XIV/2 (PS) - Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à mobilidade ativa ciclável no âmbito do Fundo Ambiental, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

Foi colocada à consideração dos membros da Comissão a manutenção na ordem de trabalhos do PJR 1408/XIV/2 (PEV) - Apanha de bivalves no Estuário do Tejo, não sendo possível o arrastamento e por não se cumprirem os prazos da deliberação da Comissão. O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) assinalou que existem outros projetos sobre o mesmo tema na 7.º comissão, ficando os serviços de verificar a sede desta discussão.

Teve lugar a discussão do PJR/1321/XIV/2 (BE) - Pela criação da grande Ecovia do Tejo, desde o Estado Espanhol até Lisboa, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

O GP PS solicitou o <u>adiamento</u> do <u>PJR 1352/XIV/2 (PAN)</u> - Promoção de um plano de proteção e despoluição do Rio Paiva; <u>PJR 1377/XIV (CDS-PP)</u> - Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes; <u>PJR 1387/XIV/2 (PEV)</u> - Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Paiva e seus afluentes; <u>PJR 1395/XIV/2</u> (BE) - Pela aplicação urgente de medidas para a despoluição e preservação do Rio Paiva (2.º adiamento, sendo o 1.º a pedido do GP PSD em 07.07).

Teve lugar a discussão do PJR 1362/XIV/2 (PSD) - Salvaguardar e recuperar o património da Tapada das Necessidades, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

Teve lugar a discussão conjunta do PJR 1359/XIV/2 (BE) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas que acompanhem a legislação espanhola que devolverá aos consumidores os ganhos injustificados que são obtidos no mercado ibérico de eletricidade em resultado do aumento do custo das emissões de co2 e do PJR 1381/XIV (PCP) - Recomenda ao Governo a intervenção no sentido da redução da tarifa regulada da eletricidade, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

A discussão do PJR 1372/XIV/2 (BE) - Pela criação do parque natural da região de Aveiro foi adiada, a pedido do GP PSD (1.º adiamento).

Relativamente à redação final do PJR 1337/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo a reavaliação da concessão de uma pequena Central Hidroelétrica (PCH) em Vale das Botas, o Senhor Deputado Hugo Oliveira (PSD) que,, com excepção de uma pequena retificação, manifestou concordância com o texto proposto tendo sido essa proposta de redação final aprovada sem votos contra, com abstenção do GP PEV.



Retomado o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, previamente à aprovação do texto de substituição na globalidade, foi reaberta a questão relativa ao exercício da fiscalização. O Senhor Deputado Hugo Patricio Oliveira (PSD) explicou que a votação do art.º 23.º do GP BE tinha ficado prejudicada pelo n.º 2 art.º 26.º (numeração do texto de substituição), mas a aceitação da proposta de supressão desse número do artigo 26.º levou a que o GP PSD considerasse que se justifica a reapreciação do art.º 23.º do GP BE. O Senhor Deputado Nuno Fazenda (PS) a integração do artigo "Inspeção da gestão do arvoredo urbano", que no texto de substituição aparece como artigo n.º 27, não é uma solução viável, na medida em que a IGAMAOT, ainda que seja uma entidade de natureza inspetiva, não tem competência nem capacidade para fiscalizar atos de gestão do arvoredo urbano. Assim, entende que se deverá manter apenas o artigo 26.º, números 1 e 3, de acordo com a formulação proposta pela 11.ª Comissão, aplicando-se o regime geral e considerando o disposto no artigo 28.º - "contraordenações". Intervieram os Senhores Deputado Bruno Coimbra (PSD), Deputada Mariana Silva (PEV), Deputada Bebiana Cunha (PAN), Deputado Nuno Fazenda (PS), Deputado Nelson Peralta (BE), Deputada Alma Rivera (PCP). Foi deliberado adiar este ponto para depois das audições de amanhã.

A reunião foi concluída pelas catorze horas e cinquenta minutos.

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2021

O Presidente da Comissão,

(José Maria Cardoso)

IG/